

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO



UFRJ

**Economia Compartilhada: Um novo paradigma?**

GUILHERME FERREIRA DA COSTA

matrícula nº: 111012930

ORIENTADORA: Prof. LIA HASENCLEVER

Rio de Janeiro

Maio de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Economia Compartilhada: Um novo paradigma?**  
***Análise de caso do Airbnb***

---

GUILHERME FERREIRA DA COSTA  
matrícula nº: 111012930

ORIENTADORA: Prof. LIA HASENCLEVER

Rio de Janeiro  
Maio 2017

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

Dedico o presente trabalho especialmente à minha companheira Luiza Coimbra e à minha família que, ao longo da vida, me inspiraram e me ajudaram a buscar o melhor pela minha educação e formação pessoal.

**Agradecimentos:**

Aos professores da UFRJ que tive a oportunidade de aprender, em especial à minha orientadora Lia Hasenclever cujas contribuições foram de grande importância para a realização deste trabalho.

Aos amigos e colegas de classe que tanto me apoiaram direta ou indiretamente na conclusão do curso de Economia.

**Resumo:**

Esta monografia visa apresentar as principais características da chamada Economia Compartilhada, entender o contexto em que ela se insere a fim de projetar as suas possibilidades de alcance em grande escala, em oposição à visão econômica preponderante. Para a consolidação dessas transformações destaca-se o papel da sociedade civil organizada e da tecnologia como propulsores de mudança.

Como exemplo ilustrativo, serão analisados os casos do *Airbnb*, da *So+ma* e outras empresas que possam estar inseridas no contexto da Economia Compartilhada.

**Palavras-Chave:** Economia Compartilhada, Economia Colaborativa, Economia Criativa, Crise do Capitalismo, *Airbnb*, Internet das Coisas.

## Sumário

Capítulo 1: Introdução.....	7
1.1 Objetivos .....	9
1.2 Hipótese.....	9
1.3 Metodologia .....	9
Capítulo 2: Economia Compartilhada: Conceitos, Aplicações e o Papel da Tecnologia .....	10
2.1 Conceitos e abordagens.....	10
2.2 Os Bens Comuns .....	12
2.2.1 <i>A Eclipse do Capitalismo Utópico</i> .....	18
2.3 O Papel da Tecnologia e a Internet das Coisas .....	19
Capítulo 3: Análise de casos com foco no <i>Airbnb</i> .....	22
3.1 Escassez x Abundância .....	25
3.2 Consciência Ambiental e Social.....	27
3.2.1 <i>Empreendedorismo Social</i> .....	29
3.2.2 <i>Posse x Acesso</i> .....	31
3.2.3 <i>Economia Circular</i> .....	33
3.3 Produção descentralizada .....	35
3.3.1 <i>Prosumidores</i> .....	37
3.3.2 <i>Energia Elétrica</i> .....	39
Capítulo 4: Conclusão .....	42
Referências Bibliográficas .....	44

## Capítulo 1: Introdução

É provável que o século XXI seja estudado nos livros de história como um século de profundas transformações, tanto na forma como os indivíduos interagem com a sociedade, quanto na forma que a humanidade compreende o mundo ao seu redor. O debate polarizado entre socialismo e capitalismo dos séculos XIX e XX tem se mostrado insuficiente, visto que preocupações até então deixadas de lado pelo *mainstream* socioeconômico têm se evidenciado. Tais discussões raramente visitavam as camadas intelectualmente menos abastadas da sociedade, seja por falta de acesso ou dificuldade de coordenação.

O desenvolvimento da chamada Economia Compartilhada (EC) - termo cuja definição ainda incipiente será tratada ao longo deste trabalho - promete revolucionar os mecanismos de organização econômica e social da nossa era. Sobre este tema, o sociólogo e economista Jeremy Rifkin descreve o atual momento como a ‘Terceira Revolução Industrial’ (2011) - caracterizada pela convergência de transformações nas áreas de comunicações - desierarquização do poder de publicação - e de geração de energia descentralizada, podendo operar um importante papel de transformação, com consequências irreversíveis que levariam ao rompimento do paradigma capitalista (RIFKIN, 2014).

As pessoas, até então consideradas potenciais consumidoras, ganharam voz com a revolução dos meios de comunicação e passaram a poder externar preocupações que as grandes corporações ainda relutam em manter adormecidas. A possibilidade de debater temas de modo globalizado, independente do grau de relevância à sociedade em termos de bem-estar, traz consequências diretas no modo que os mecanismos de produção operam. O termo ‘*prosumidores*’, cunhado pelo escritor futurista norte americano Alvin Toffler (1980), descreve os usuários participantes da terceira revolução industrial, na qual uma gigantesca quantidade de material é produzida e disponibilizada quase gratuitamente, reduzindo o custo marginal próximo a zero (RIFKIN, 2014).

Thomas Kuhn, físico e filósofo, com relevantes contribuições na filosofia da ciência, descreve um paradigma como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1991, p.13). Ao longo do período de vigência do paradigma torna-se quase impossível questionar suas premissas fundamentais, vistas como a



ordem natural das coisas, até que se avance para explicações mais abrangentes e o paradigma seja substituído por um novo.

Rifkin (2014) afirma que o capitalismo, como forma de organização da atividade econômica, encara frentes de resistência à medida que não considera as restrições ambientais impostas por lei básicas da entropia química \*[detalhar em nota] - considerada apenas uma externalidade com poucas consequências práticas -, tampouco questões sociais inerentes ao próprio ser humano.

O presente trabalho pretende reunir elementos que descrevam a Economia Compartilhada (EC), denominação que traduz as transformações para um novo paradigma de produção e consumo. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento tecnológico vem permitindo crescentes ganhos de produtividade, os bens e serviços passaram a ser disponibilizados a um custo marginal próximo de zero, facilitando o compartilhamento. Como resultado, Rifkin (2014) atenta-se que a economia, antes baseada em escassez de produtos, está dando lugar a economia da abundância ao mesmo tempo que o lucro corporativo de alguns setores está começando a diminuir.

O trabalho é relevante para a área de conhecimento do curso de ciências econômicas por abordar possíveis alterações nos padrões de produção e consumo da sociedade, em decorrência da consolidação da Economia Compartilhada. Segundo Jeremy Rifkin (2010), essa mudança possui um poder disruptivo capaz de ofuscar o modelo de produção e consumo desenvolvido nos últimos dois séculos.

Dessa forma, o trabalho contará com três seções, além da presente introdução contextual acerca da maior participação das pessoas nas questões adormecidas dos séculos anteriores, e de uma conclusão. A primeira pretende definir e situar a Economia Compartilhada (EC) no âmbito das transformações econômicas, sociais e ecológicas não consideradas pela abordagem tradicional da economia e que atualmente tornaram-se mais evidentes. Em seguida, pretende-se identificar os meios, motivos e as oportunidades de cunho tecnológico e social que a possibilitaram uma maior democratização dos meios de comunicação. Na terceira seção, o trabalho se propõe a exemplificar com estudos de casos das empresas que se enquadram no âmbito da EC, como foco especial no caso do *Airbnb*. Por último, a conclusão se propõe a expor as visões de diferentes autores e estudiosos do tema e sugerir temas para novos estudos e reflexões.

## **1.1 Objetivos**

Como objetivo geral, pretende-se entender o contexto da Economia Compartilhada como uma nova forma de produção e consumo.

Mais especificamente, pretende-se (i) expor os aspectos teóricos da Economia Compartilhada e; (ii) situar exemplos práticos de Economia Compartilhada e forma de produção e consumo.

## **1.2 Hipótese**

Será analisada a hipótese de que estamos vivendo uma transformação na forma de organização econômica que pode ser expressa pela chamada Economia Compartilhada, baseada na confiança e eficiência do serviço, bem como numa maior consciência de valores humanos e ambientais. Alguns teóricos classificam esse novo padrão de produção e consumo como a terceira revolução industrial, na qual a posse dá lugar ao acesso aos bens e serviços (Rifkin, 2014).

## **1.3 Metodologia**

Como referência para o presente trabalho, serão utilizadas as discussões sobre os bens comuns entre Garret Hardin (1968) e Elinor Ostrom (1990); as análises dos autores Jeremy Rifkin (2014) – em especial do livro ‘Sociedade com custo marginal zero – a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo’, que servirão de base analítica para o desenvolvimento do tema. Serão utilizados também dados da Robin Chase – fundadora da *Zipcar*, uma plataforma americana de compartilhamento de carro – e dados públicos do *Airbnb*, uma plataforma de locação por temporada, que será usada como exemplo analítico.

O trabalho se apoiou também em estudos de caso já realizados – mesmo que não mencionados no desenvolvimento do trabalho-, para discutir os pontos relativos às transformações no modo de produção e consumo da Economia Compartilhada, como a análise a diversas empresas do Brasil e dos EUA que alteraram substancialmente seu modo de gestão, com expedientes de cunho social e humanitário; a experiência da mídia colaborativa e suas transformações no campo da economia, retratadas por Clay Shirky (2010).

## Capítulo 2: Economia Compartilhada: Conceitos, Aplicações e o Papel da Tecnologia

### 2.1 Conceitos e abordagens

A discussão acerca das desvantagens do Capitalismo como modelo econômico mundialmente difundido, apesar de não ser novidade do nosso século, vem ganhando força e notoriedade nas últimas décadas. Padrões de produção e consumo se alteraram para uma significativa parcela da população mundial que, facilitada pelo desenvolvimento tecnológico e maior consciência coletiva, apontam para o estabelecimento de uma nova concepção mundial sobre o que as pessoas consideram importante ao longo da vida.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo instituto de pesquisas Emnid (2010), em nome da Fundação Bertelsmann, 80% dos alemães e 90% dos austríacos anseiam por uma nova ordem econômica pautada em práticas de consumo mais comprometidas com o meio-ambiente, igualdade social e sustentabilidade.

A economia compartilhada (EC) é um conceito em recente ascensão utilizado para definir o modelo de produção e consumo baseado na exploração do excedente ocioso. O conceito pode ser entendido de diferentes formas e abarca uma série de características que são melhor compreendidas ao incluirmos outras definições tais como economia colaborativa, economia solidária, economia circular, consumo coletivo, entre outras que serão abordadas no presente trabalho e resumidas a Economia Compartilhada (EC) quando conveniente.

Longe de ser uma novidade do século XXI, a EC toma emprestado os conceitos e particularidades dos ‘bens comuns’ e é viabilizada por uma revolução tecnológica com profundas consequências econômicas e sociais.

Rachel Botsman, autora do livro “O que é meu é seu” (2010), define economia colaborativa como um sistema econômico de redes descentralizadas e *marketplaces* que exploram o valor de ativos subutilizados, conectando necessidades e pertences, independentemente de intermediários. Fica claro nesse conceito que a posse se torna menos importante que o acesso aos bens.

Outro pilar importante que dá sustentação à economia compartilhada é a diminuição da pegada ecológica deixada quando se produz e consome bens. Essa faceta da EC é melhor conceituada pela chamada ‘economia circular’. Diferente do modelo ‘extrair, transformar, descartar’ que depende de infinitas quantidades de matéria-prima e está atingindo seus limites físicos, de acordo com a Ellen Macarthur Foundation, a economia circular é uma alternativa atraente e viável (economicamente) que as empresas já começaram a explorar. Sua principal

contribuição é considerar as externalidades negativas advindas da exploração dos recursos naturais, variável pouco ou quase não considerada na função de produção defendida pela teoria capitalista dominante.

Na esteira dessa mudança de paradigma de produção e consumo podemos incluir motivações puramente capitalistas de maximização de lucro e busca por consolidação de mercado por parte das empresas. Neste sentido, Jeremy Rifkin (2010) afirma que o próprio modelo de produção capitalista fez ressurgir a economia do compartilhamento e dos bens comuns colaborativos. Para Rifkin, estamos vivendo um sistema de organização econômico híbrido, composto pela economia de mercado e pela economia do compartilhamento.

Não menos importante para a mudança de paradigma de produção e consumo é o papel da sociedade civil. Por depender de uma economia descentralizada, a EC funciona através da interação dos bilhões de consumidores espalhados no mundo e promete abraçar questões dos marginalizados pelo capitalismo dominante. (P2P Foundation) A *Peer to Peer* (P2P) Foundation se autodenomina ‘uma rede global de pesquisadores, cientistas e cidadãos que monitoram e promovem ações direcionadas à transição para uma sociedade baseada nos bens-comuns.’

A definição da P2P Foundation de economia colaborativa retrata uma prática tão antiga quanto necessária nos dias atuais: “Quando uma comunidade se organiza para compartilhar, trocar, permutar, presentear ou alugar, obtendo os mesmos benefícios da propriedade daquele bem, mas reduzindo os custos pessoais e o impacto ambiental”.

Fica claro, entretanto, o problema de coordenação do excedente e das diferentes questões espalhadas pelos bilhões de pessoas no mundo. A solução se dá, de acordo com os teóricos da Economia Compartilhada, pelo advento do boom da tecnologia de informação, inevitabilidade de se buscar soluções ecologicamente sustentáveis e a desconstrução da visão puramente individualista e antipática defendida pela teoria econômica dominante.

De acordo com Clay Shirky, um dos principais teóricos sobre a revolução dos meios de comunicação atuais, o principal excedente da sociedade é o excedente cognitivo. “O excedente cognitivo, recém-criado a partir de ilhas de tempo e talento anteriormente desconectadas, é apenas matéria-prima.” (SHIRKY, 2011, p. 31) Como fontes do principal excedente necessário para qualquer transformação, as pessoas de modo individual e coletivo são as responsáveis por escolher e debater caminhos para uma sociedade mais justa ao contestar padrões e explorar formas não convencionais de relação econômica.

Rifikin (2011) considera que estamos vivendo a Terceira Revolução Industrial, caracterizada pelo significativo desenvolvimento da matriz comunicação, energia e transporte. Essa discussão será melhor desenvolvida no capítulo 2.3, que abordará o conceito de Internet das Coisas (IoT).

## 2.2 Os Bens Comuns

Apesar de não possuir fronteiras bem delineadas como forma de organização econômica, a Economia Compartilhada faz uso de alguns conceitos que ajudam a identificar os elementos que a situam em um novo paradigma econômico. Neste sentido, destaca-se a preocupação com a redução da degradação ambiental e a busca por maior equidade social como dois dos elementos que remetem aos chamados ‘bens comuns’.

“A instituição dos bens comuns provou ser um modelo de governança digno de reavaliação à luz dos desafios ambientais, socioeconômicos e das oportunidades criadas para a humanidade num mundo cada vez mais conectado globalmente. ”  
(OSTROM, 1990, p. 58)

O conceito de ‘bens comuns’ (*commons*) refere-se aos recursos que são compartilhados por uma comunidade tais como bibliotecas, parques, ruas; os recursos naturais como florestas e os recursos mundialmente compartilhados tais como as águas, atmosfera e a biodiversidade. Atualmente podemos incluir a própria internet enquanto facilitadora da criação e difusão de pesquisa e informação no campo dos *commons*. De acordo com David Bollier (2012), todos exemplos citados partilham da característica formadora de uma série de valores e tradições que criam uma identidade de comunidade inerente ao bem comum, considerado de extrema importância para a própria governança e perdura desses bens.

No entanto, certas características dos bens comuns como indivisibilidade, não-rivalidade e dificuldade de determinar proprietários incomodou o ideário da economia ortodoxa por embaralhar os limites da propriedade privada. Garret Hardin, em 1968, escreveu “A Tragédia dos Comuns” afirmando que os *commons* inevitavelmente seriam sobrecarregados pelos ‘*free riders*’, se não fossem submetidos às leis do mercado. (HARDIN, 1968)

A hipótese levantada por Hardin é a de que o livre acesso a um recurso finito - uma pastagem, por exemplo - leva ao esgotamento do recurso, caso os indivíduos ajam de forma ‘independente’ e ‘racional’, de acordo com seus próprios interesses. No exemplo, Hardin afirma

que os pastores que compartilham a terra, cada qual, desejam maximizar sua produção. Ao aumentar seu rebanho, o pastor obterá um benefício individual cujos custos, a exaustão da terra, seriam compartilhados por todos. Como Hardin considera que todos operam de forma racional e egoísta, a terra seria levada à exaustão até que ninguém mais pudesse obter algum benefício.

O uso livre dos *commons*, segundo a teoria de Hardin, leva à exaustão e, para evitá-la, enseja a necessidade de uma força coercitiva extrínseca de regulação do bem comum. Ao considerar apenas duas formas de organização dos bens comuns - o Estado e o mercado, Hardin exclui a população - os grandes afetados pelas externalidades geradas - e se aproxima do discurso liberal de que o segundo vai equacionar todas as variáveis de modo muito mais eficiente do que o Estado.

“Therein is the tragedy. Each man is locked into a system that compels him to increase his herd without limit - in a world that is limited. Ruins is the destination toward which all men rush, each pursuing his own best interest in a society that believes in the freedom of the commons.” (HARDIN, 1968, p. 1244)

Hardin, corroborando Ronald Coase (1937) e muitos outros liberais, argumenta que o problema das externalidades não precisa ser resolvido pelo Estado, já que o mercado chega a soluções institucionais ótimas. O liberalismo econômico, apesar de encontrar resistência ao longo do século XX dos que defendiam ao menos alguma atuação estratégica do Estado, teve sua vitória declarada ao final da década de 70. Representados por Ronald Reagan e Margaret Thatcher - líderes políticos dos EUA e Inglaterra, respectivamente, em meados de 80 - os governantes do mundo inteiro tenderam a privatizar bens e serviços públicos, marcando a rendição final da responsabilidade pública de se atentar ao bem-estar geral da sociedade. Rapidamente a ideia de desregulamentação e privatizações foi espalhada e, neste momento, a questão social voltava a ser encarada como o filho bastardo da economia.

“O público, de modo geral, foi destituído de seu poder ‘coletivo’ como cidadãos e reduzido a milhões de agentes autônomos forçados a sobreviver num mercado cada vez mais controlado por várias centenas de corporações multinacionais. A perda de poder chegou na velocidade de um raio, deixando pouco tempo para a reação pública e menos tempos ainda para o engajamento dos cidadãos no processo” (RIFKIN, 2014, p. 192-193)

Jeremy Rifkin (2014) reconhece que o mecanismo de mercado provou ter boas ferramentas institucionais para atender à enorme soma de capital necessário para financiar a

primeira e a segunda revoluções industriais. A ‘terceira revolução industrial’, como o autor caracteriza a era colaborativa, no entanto, requer muito mais capital social em detrimento do capital financeiro. Os bens comuns operam em uma escala lateral em vez de vertical e deixaram de ser geridos pelo mecanismo estritamente de mercado. Rifkin afirma que a parceria entre governo e o setor privado, como forma de organização da vida econômica da sociedade vai dar lugar a uma parceria ‘tripartite’, na qual a gestão dos bens comuns vai desempenhar um papel cada vez maior, e será complementada pelo governo e as forças de mercado.

Dezoito anos depois do ensaio de Hardin (1968), Carol Rose (1986) trouxe de volta a discussão dos *commons*, defendendo que alguns bens públicos se tornam melhores quando mais pessoas participam da produção e consumo. Em sua obra, Rose argumenta que o direito à propriedade deve, em alguns casos, ser confiada à comunidade. Antes mesmo da popularização da Internet, Rose já descrevia os benefícios de se ter uma ‘praça pública’ onde o acesso vem sendo cada vez mais facilitado e o benefício de se ter um usuário a mais é muito maior do que seu custo. A wikipédia é um exemplo que mostra que Garret Hardin estava errado em relação a degradação dos bens públicos, quando não são geridos pela lógica do mercado. Por mais que sejam verificados alguns casos isolados de mau uso da plataforma, os usuários que colaboram sobrepõem o comportamento abusivo da minoria transgressora. O benefício pessoal dos usuários que monitoram os desvios de conduta está fortemente atrelado ao benefício social de se ter uma plataforma de conteúdo amplo e aberto a todos.

“A Wikipédia é um projeto de enciclopédia multilíngue de licença livre, baseado na web, escrito de maneira colaborativa e que se encontra atualmente sob administração da Fundação Wikimedia, uma organização sem fins lucrativos cuja missão é ‘empoderar e engajar pessoas pelo mundo para coletar e desenvolver conteúdo educacional sob uma licença livre ou no domínio público, e para disseminá-lo efetivamente e globalmente’.” (Definição de Wikipédia da própria Wikipédia)

A administração dos bens comuns é o ponto principal da discussão entre Hardin e Rose. Sobre esse ponto, Elinor Ostrom publicou sua obra em 1990 “*The Governing of the Commons*”, defendendo uma governança nem privada nem pública (leia-se, vindo do Governo), mas sim personalizada para cada região, cultura, ou qualquer particularidade inerente ao bem comum em questão. Em sua obra, que rendeu o primeiro Nobel de economia concedido a uma mulher, a economista fez um levantamento milenar sobre por que a governança dos bens comuns obteve sucesso e fracassou no passado, prescrevendo de modo pragmático os princípios que os casos de sucesso tinham em comum.

“I argue that many solutions exist to cope: with many different problems. Instead of presuming that optimal institutional solutions can be designed easily and imposed at low cost by external authorities, I argue that ‘getting the institutions right’ is a difficult, time-consuming, conflict-invoking process. It is a process that requires reliable information about time and place variables as well as a broad repertoire of culturally acceptable rules. (...) Instead of presuming that the individuals sharing a commons are inevitably caught in a trap from which they cannot escape. I argue that the capacity of individuals to extricate themselves from various types of dilemma situations varies from situation to situation.” (OSTROM, 1990, p. 13)

O argumento de Ostrom claramente se diferencia da visão racional e hobbesiana considerada pelos liberais e requer uma mudança de perspectiva sobre a natureza humana em relação à sociedade. A capacidade dos indivíduos de resolver dilemas que envolvem um bem comum vem sendo assimilada à medida que uma série de estudos e descobertas nos últimos vinte anos abalou a crença persistente de que os seres humanos são essencialmente individualistas, em busca de oportunidade para explorar seus iguais e enriquecer. (RIFKIN, 2014)

Daniel Kahneman, psicólogo, foi o primeiro não-economista a receber o Nobel de economia, em 2002, com a sua obra mundialmente publicada ‘Rápido e Devagar’ (2011), que aborda a economia comportamental. A partir de desenvolvimentos teóricos e descobertas empíricas no campo da psicologia e da neurociência, a economia comportamental critica a abordagem tradicional que se apoia na concepção de ‘*homo economicus*’. A nova assimilação é deveras relevante no contexto de economia compartilhada ao passo que o indivíduo deixa de ser considerado puramente racional, tomador de decisão de modo sempre ponderado e centrado no interesse pessoal com capacidade plena de processar informações.

O sociólogo australiano Roman Kzrznaric (2012), fundador da *School of Life*, afirma que se o século XX ensinou que os indivíduos devem ir atrás dos próprios interesses como forma, inclusive, de se alcançar o melhor para a sociedade, a psicologia moderna mostra que a empatia faz bem aos indivíduos à medida que cria um vínculo entre as pessoas e as fazem criar um olhar crítico sobre a situação que os outros se encontram. Essa mudança de abordagem, segundo Kzrznaric, é de suma importância para combater as desigualdades sociais e resolver conflitos, à medida que nos colocamos no lugar do outro. A necessidade de se ter uma força coercitiva, em grande medida, advém da assunção de que os indivíduos são essencialmente egoístas e, portanto, a ‘tragédia’ seria inevitável. A noção de ‘*homo empathicus*’, no entanto, permitiu uma abordagem na qual as pessoas se voluntariam em prol do coletivo.

Ostrom (1990) afirma que os problemas decorrentes da gestão de bens comuns muitas vezes são resolvidos por uma organização voluntária de forma mais eficiente do que por uma



força coercitiva. Rifkin (2014) também enxerga as particularidades de cada solução e defende uma terceira via para além de governos e iniciativa privada.

“Embora alguns governos tenham um desempenho louvável em supervisionar a gestão de muitos dos bens públicos, (...) geralmente decepcionam quando se trata de entender a dinâmica extremamente complexa que torna cada situação local uma experiência única. Soluções e protocolos padronizados podem resultar em falhas graves de gestão - especialmente quando os responsáveis pela supervisão são burocratas anônimos, sem laços com as comunidades que administram. (...) Modelos de propriedade privada são bastante eficientes para alguns propósitos. Mas colocar praticamente o planeta inteiro nas mãos da iniciativa privada - o que a maioria dos economistas defende - é piorar o que já conhecemos, especialmente quando se trata de bens públicos a que todos precisam ter acesso para prosperar.” (RIFKIN 2014, p.190)

David Bollier, fundador da *On the Commons*, movimento que desde 2001 tem dado mais visibilidade às relações baseadas nos bens comuns, defende a adoção de formas de colaboração e também enxerga uma solução na terceira via:

“Quando os governos e as empresas tentam resolver problemas, tendem a ver só dois tipos gerais de soluções: a ação governamental e a concorrência do mercado. Para muita gente, é comum ver estas duas esferas de poder como os únicos regimes efetivos para a administração de recursos. Contudo, tem ficado claro (nos últimos anos) que existe uma terceira esfera de soluções que vem sendo em grande parte negligenciada: a dos bens comuns. O conceito de bens comuns descreve uma ampla variedade de fenômenos; se refere aos sistemas sociais e jurídicos para a administração de recursos compartilhados de uma maneira justa e sustentável.” (BOLLIER, 2012, p. 43)

Ao longo dos anos de pesquisa que lhes rendeu o Nobel, Elinor Ostrom se prontificou a mapear quais eram as práticas que as instituições duradouras adotavam e o que as diferenciam das práticas das instituições que fracassaram na gestão dos bens comuns. O estudo resultou em oito princípios de cunho democrático que, quando aplicados com sucesso, operam em um ‘sistema de uso em laboratório’ que se aproxima do ‘ótimo’. (OSTROM, 1990)

- a) definir limites claros para os grupos (para excluir indivíduos que não merecem participar);
- b) adequar as regras que regem o uso dos bens comuns às necessidades e condições locais;
- c) assegurar que as pessoas afetadas pelas regras possam participar do processo de alteração das regras;
- d) assegurar que os direitos de elaboração das regras por parte dos membros da comunidade sejam respeitados pelas autoridades externas;
- e) desenvolver um sistema executado por membros da comunidade para monitorar o comportamento dos membros;

- f) aplicar sanções gradativas aos infratores das regras;
- g) proporcionar meios acessíveis e de baixo custo para resolução de disputas e;
- h) construir a responsabilidade, começando pelo nível mais baixo até interligar todo sistema.

(OSTROM, 1990)

Ostrom defende que, quando é dada a oportunidade de se definir localmente as regras próprias para administrar recursos comuns, as pessoas intuitivamente chegam a alguma variação dos oito princípios como acordo. A coordenação para se obter o acordo social, no entanto, exige meios tecnológicos que atualmente têm sido disseminados para todos os setores, desde os meios de comunicação, passando por energia renovável, impressão 3D, logística, até o ensino superior online. Conforme Rifkin aponta, a linguagem da computação está reorganizando a sociedade ao permitir a união de vários interesses, anteriormente desconectados.

“O laço que une todos esses grupos é um profundo compromisso com a economia de fonte aberta colaborativa e o modelo de governança de bens comuns. Embora a economia de mercado não esteja totalmente descartada ou o governo deixado de fora da equação, os novos movimentos compartilham de uma forte crença na superioridade da gestão dos bens comuns entre pares como o melhor modelo de governança para assegurar que os benefícios da sociedade com custo marginal próximo de zero sejam realizados em vez de bloqueados.” (RIFKIN, 2014, p. 202)

A disseminação da internet permitiu o desenvolvimento de diversas ferramentas de comunicação e reconectou as pessoas em um grande sítio público. Ao contrário do que os ‘tecnofóbicos’ poderiam imaginar, a tecnologia da comunicação do século XXI reuniu as pessoas com questões antes adormecidas de modo isolado e deu voz aos anseios de cada comunidade. Para exemplificar, destaca-se a indústria da propaganda e marketing, que vem perdendo importância para opiniões de usuários – alheios aos interesses do fabricante - que atualmente podem relatar as suas experiências desde a compra até o consumo do bem ou serviço, evitando propagandas enganosas ou exageradas. Ricardo Abramovay (2014) chama essa cadeia de informação de ‘inteligência coletiva’, capaz de processar informações cujo custo de obtenção era extremamente elevado. “A internet e o estabelecimento da rede mundial de computadores são hoje a mais poderosa expressão da capacidade humana de gerir de forma compartilhada e descentralizada bens e serviços comuns”. Na mesma linha, Erik Brynjolfsson (2014) e John McAfee (2014) destacam a disposição das pessoas de

dedicarem tempo para produzir conteúdo online, sem buscar uma contrapartida financeira.

A capacidade de processamento dessa inteligência coletiva é tão forte quanto se pode idealizar e desafia a visão simplista de que a riqueza coletiva é proveniente apenas da liberdade do indivíduo de perseguir exclusivamente seus próprios interesses. O fato das relações humanas e econômicas estarem cada vez mais interligadas de modo horizontal e descentralizado em termos de acesso aos meios de produção, abre espaço para a cooperação direta entre indivíduos e empresas.

Segundo Abramovay (2014), a economia híbrida do século XXI está alterando o funcionamento das empresas, seus objetivos, valores, métodos e protagonistas. Parte crescente da oferta de bens e serviços se faz de forma abertamente colaborativa, sem a intermediação de organizações privadas.

### *2.2.1 A Eclipse do Capitalismo Utópico*

Em uma análise à longevidade das empresas, Arie de Geus (1997), um dos mais renomados consultores empresariais da atualidade, observa que a expectativa de vida corporativa está caindo a cada ano. Segundo o levantamento, um terço das empresas relacionadas na Fortune 500 em 1970 – lista das quinhentas maiores empresas do mundo naquele ano – não existia mais em 1983, seja por conta de falências, fusões ou aquisições. Recentemente, de acordo com o livro ‘Os segredos das empresas mais queridas’ (2008), observa-se que das quinze maiores falências empresariais já ocorridas, dez ocorreram a partir de 2001.

A explicação para a queda da expectativa de vida corporativa reside em parte na própria dinâmica do sistema econômico vigente, cujo horizonte de planejamento encolhe cada vez mais para alcançar os resultados de curto prazo. Conforme aponta o estudo de Geus, uma vez que o processo decisório de uma empresa se afasta do seu corpo executivo e os acionistas absorvem esse poder de decisão, os objetivos de curto e longo prazo se tornam conflitantes levando ao declínio da empresa.

A ênfase no resultado de curto prazo levou, por exemplo, a empresa de tecnologia Dell, em 2013, a fechar seu capital para poder investir em unidades de negócio com foco no longo prazo, optando por cessar a pressão do mercado por resultados a cada trimestre à contramão das outras empresas do setor.

A busca incessante por produtividade, além de gerar desastres corporativos e decisões desacertadas do ponto de vista da resiliência empresarial, leva a um fenômeno apontado por Jeremy Rifkin (2014) como o ‘eclipse do capitalismo’. O foco na produtividade foi tão bem-sucedido que chegamos a um ponto no qual o custo marginal cai e se aproxima de zero.

Indústrias como as de comunicação e entretenimento foram profundamente afetadas pela disseminação da internet e sua abrangência. Indústrias como a de energia elétrica, construção civil, *contact center*, e entre outras também apresentam sinais de mudanças provenientes do aumento da produção descentralizada. A redução do custo de se produzir um produto a mais, segundo Rifkin (2014) é o caminho para migrarmos de uma economia de escassez para uma economia da abundância e, junto da produção descentralizada, formam o cerne da Economia Compartilhada. Tais aspectos serão mais aprofundados no capítulo 3.

O fenômeno do custo marginal próximo de zero, apesar de poder ser verificado em maior ou menor escala em muitos setores da economia, é mais intenso nos setores puxados pela tecnologia digital. Empresas intensiva nesse tipo de tecnologia, como o *Airbnb* e o Uber, por exemplo, foram capazes de reorganizar o modo de produção e consumo graças à revolução digital em massa e o engajamento dos indivíduos na utilização da plataforma.

Ricardo Abramovay (2014) acredita que o salto tecnológico das últimas décadas - caracterizado pela internet das coisas - aliado aos contrapoderes das massas da economia compartilhada, dão força à teoria de Rifkin sobre o eclipse do capitalismo.

## **2.3 O Papel da Tecnologia e a Internet das Coisas**

O desenvolvimento tecnológico apresentado nas últimas décadas cumpre papel decisivo para que a sociedade continue migrando de um sistema centralizado, pautado em firmas verticalmente integradas e intensivas em capital financeiro, para uma sociedade descentralizada e lateralmente distribuída. Jeremy Rifkin (2014) argumenta que os principais momentos disruptivos da sociedade ocorreram com o desenvolvimento de uma nova matriz de comunicação, energia e transporte. Para o autor, o presente século parece reunir ferramentas tecnológicas suficientemente fortes para a consolidação de um novo paradigma.

Rifkin (2014) argumenta que todas as grandes revoluções que ocorreram na história da humanidade têm em comum o desenvolvimento de um ou mais elementos da matriz da infraestrutura de comunicação, energia e transporte. A prensa gráfica, inventada em meados do século XV por Johannes Gutenberg, é um claro exemplo de revolução no campo das comunicações que resultou em uma enorme ruptura histórica. A invenção permitiu uma maior democratização da educação à medida que acabou com o monopólio da Igreja Católica na escolha de quais obras seriam reproduzidas, possibilitando inclusive a Reforma Protestante de Martinho Lutero, em 1517.

A Primeira Revolução Industrial, marcada pelas tecnologias movidas a vapor, conseguiu mesclar o desenvolvimento nos três campos de infraestrutura de Rifkin. No campo da comunicação, a prensa a vapor permitiu ganhos de produtividade enormes que, aliado ao desenvolvimento do transporte ferroviário, caracterizou um momento de incrível prosperidade. A Segunda Revolução Industrial apresentou uma nova matriz, ainda mais promissora em termos de produtividade. Movida a combustíveis fósseis e energia elétrica, a nova matriz tinha nos telefones e rádios um sistema de comunicação eficiente para facilitar a coordenação de uma economia cada vez mais complexa e dinâmica.

Nessa mesma linha, Rifkin apresenta a Terceira Revolução Industrial comandada por uma nova revolução da matriz de comunicação, energia e transporte, a chamada ‘Internet das Coisas’. O termo cunhado pelo pesquisador britânico Kevin Ashton (1999) é designado à automatização dos processos cotidianos - dos mais básicos aos mais complexos - através da coordenação em rede, com a finalidade de obter maior eficiência geral.

O papel da tecnologia na transição da economia tradicional para a economia compartilhada pode ser mensurado pelo crescimento dos dispositivos digitais ao redor do mundo. Trata-se da primeira revolução de infraestrutura inteligente da história capaz de construir uma rede de conhecimento caracterizada pela troca constante de informações.

A rede de informação, abastecida a cada instante, cria uma base de dados, que se bem utilizada, capaz de aumentar a produtividade e reduzir o custo marginal ao longo da cadeia de valor a próximo de zero. Para Abramovay (2012), os ganhos provenientes da informação em massa advêm da eficiência de coordenação e do feedback em tempo real que permite aperfeiçoar os processos e corrigir falhas de modo

pontual. O fundamental desta nova matriz, no entanto, não está na tecnologia em si unicamente, mas sim da organização social marcada pela descentralização, cooperação e partilha dos recursos de modo mais eficiente.

“A IoT promete conectar campos de agricultura, linhas de produção fabril, lojas de varejos, armazéns, veículos autônomos, casas inteligentes, e diversos outros bens e setores que obteriam maior eficiência - reduzindo desperdício, perdas e custos - através da maior capacidade de monitoramento e integração.” (RIFKIN, 2013)

Ronald Coase (1937), teórico famoso por sua análise sobre o motivo de existirem firmas, explica que estas se organizam de modo centralizado e vertical para evitar os custos de transação de se ir ao mercado quando este é superior ao custo de se produzir internamente. No entanto, em uma sociedade com custos de transação cada vez menores e o custo marginal cada vez mais próximo de zero, o surgimento de firmas enquadradas no conceito de economia compartilhada, que se beneficiam do salto de produtividade em decorrência da queda do custo de transação, torna-se cada vez mais concebível.

Por outro lado, Rifkin se atenta às forças centralizantes que seguem influenciando fortemente o rumo da sociedade para proteger suas posições privilegiadas que alcançaram na segunda revolução industrial. Os gigantes da segunda revolução industrial se esforçam para não perder poder para os indivíduos - os *peers* - , os quais mostram-se igualmente determinados em assegurar a internet como um bem comum aberto, capaz de desenvolver ferramentas que promovam a colaboração em rede e levem a custo marginal próximo de zero e a serviços gratuitos.

“A batalha pela governança das três Internets interligadas, que formam a Internet das Coisas, é agressivamente disputada entre governos, setores privados e defensores da nascente economia social dos bens comuns, cada qual com ambição de definir a próxima era.” (RIFKIN, 2014, p. 227)

### **Capítulo 3: Análise de casos com foco no *Airbnb***

A crise financeira de 2008, apesar do seu efeito devastador na economia mundial, apresenta ao menos um aspecto positivo. À medida que de modo contundente derruba a confiança das pessoas no sistema econômico vigente como a melhor forma de trazer o bem-estar social, ela tem o papel de despertar visões críticas sobre o mesmo, permitindo mudanças pontuais ou sistêmicas.

A mobilização para o crescimento da economia compartilhada, diferente do capitalismo intensivo em capital financeiro, depende do capital social o qual somente um grupo suficientemente grande de pessoas pode prover. Tal característica traz uma descentralização no modo de produção e consumo da economia e, a reboque de uma consciência social e ambiental coletiva, a informação e conteúdo passam a ser facilmente obtidos e compartilhados. (RIFKIN, 2015)

Nesse sentido, dados globais como o de desperdício de alimentos no mundo, ao serem confrontados com os dados de pessoas que sofrem de fome e pobreza extrema, revelam uma ineficiência incômoda no modo de coordenação atual. A medida que problemas como a fome passam a fazer parte de discussões de uma parcela da população cada vez maior, soluções são buscadas de modo descentralizado tornando-se mais barata e horizontais.

Clay Shirky (2010), professor da universidade de Nova York, chama atenção, no entanto, ao fato de que a possibilidade de comunicação em larga escala nada mais é do que uma potencialidade. Para Shirky, o que a sociedade pode fazer com as novas ferramentas depende fortemente das relações sociais e culturais que se estabelecem em movimentos disruptivos. “Há duas linhas de pensamento a respeito das ferramentas de comunicação para uso social que permanecem imutáveis. A primeira é que os usuários nunca se comportam exatamente como os criadores do sistema esperam ou desejam. A segunda é que os observadores têm o desejo de dominar a complexidade criando uma receita para a formação de comunidades bem-sucedidas. ” (SHIRKY, 2010, p. 169)

O paradigma da economia compartilhada apresenta aspectos que já podem ser notados em certos setores da economia. Por exemplo, a indústria fonográfica e de entretenimento em geral passaram e ainda estão passando por profundas transformações a partir do desenvolvimento de uma cultura de compartilhamento de

conteúdo, viabilizada pela Internet. Tais transformações, quando se ingressa no campo da psicologia econômica comportamental, englobam uma mudança de expectativa em relação ao consumo, principalmente em relação à posse dos bens que relega-se em detrimento do acesso a estes.

A decisão de consumir muitas vezes se afasta das necessidades dos indivíduos - longe de serem básicas - e constitui um símbolo de status, com o apoio das campanhas publicitárias. Tal simbolismo faz menos sentido quando o consumismo passa a apresentar uma conta alta demais para ser ignorada. O modelo de produção e consumo baseado em produções de larga escala e qualidade diminuta esbarra na questão ambiental. A lógica extrair, produzir e consumir, pautada no descarte em todas as etapas, vem perdendo espaço para a Economia Circular, uma das facetas com selo ecológico da Economia Compartilhada que será abordada neste capítulo.

Nessa mesma linha, o empreendedorismo social apresenta-se como outra frente da Economia Compartilhada à medida que deixa de lado o aspecto puramente financeiro das ações empreendedoras; combinando lucratividade com impacto social positivo, sendo o último o verdadeiro propósito do empreendimento. Segundo J. Gregory Dees (1998), a riqueza é considerada apenas um meio para se atingir os objetivos sociais propostos. O empreendedor social atua como um agente de mudança do setor, no qual uma localidade desprovida de um bem ou serviço socialmente relevante pode significar oportunidade.

Neste capítulo, será realizada ainda uma análise de caso do *Airbnb*, empresa de crescente destaque no novo paradigma econômico, situando as características que podem direcionar a empresa para a Economia Compartilhada e outros que carregam aspectos da economia capitalista tradicional.

No mesmo ano da maior crise financeira mundial da história do capitalismo, o *Airbnb*, uma plataforma online de locação de imóveis mobiliados de curta temporada, foi criado. Lançada em 2008 em São Francisco, Califórnia, pelos universitários Brian Chesky, Joe Gebbia e Nate Blecharczyk, a empresa, de acordo com a CBInsights, é avaliada em trinta bilhões de dólares, ultrapassando em valor de mercado o Marriott, maior rede de hotéis do mundo, avaliada em US\$ 13,6 bilhões, de acordo com reportagem do jornal Valor.

O sucesso do *Airbnb* advém da capacidade excedente de cada espaço ocioso que há em qualquer meio urbano e até rural. Sem possuir um imóvel ou cama sequer,



de acordo com a revista *Hotéis*, a plataforma online responde por 17,2% da oferta de quartos em Nova Iorque, 11,9% das hospedagens de Paris e 10,4% das hospedagens de Londres. No Rio de Janeiro, ao longo da Copa do Mundo de 2014, o *Airbnb* foi responsável por cerca de 20% das hospedagens totais na cidade.

A utilização da capacidade excedente dos espaços listados no *Airbnb* revela o alto custo de oportunidade desses ativos, represado pela falta de coordenação entre interessados em disponibilizar ou dividir o próprio espaço e aqueles interessados em um lugar com preço e características diferenciadas das hospedagens tradicionais.

Além de oferecer espaços os mais variados, o *Airbnb* reestruturou o mercado de locação por temporada tanto do lado da oferta quando da demanda. Diferente do mercado hoteleiro tradicional que exige instalações físicas e processos operacionais em grande escala, um indivíduo pode oferecer um serviço de hospedagem sem grandes investimentos, graças às novas tecnologias sociais.

Rachel Botsman (2012), entusiasta da Economia Compartilhada e autora do livro ‘O Que É Meu É Seu - Como o Consumo Colaborativo Vai Mudar o Mundo’ (2009), atenta-se ao fato de que o *Airbnb* e as empresas situadas no contexto da economia do compartilhamento em geral passam a se basear cada vez mais na confiança. Para Botsman, a reputação dos indivíduos vem se tornando tão importante como uma opinião especializada em risco de crédito.

No entanto, há uma diferença crucial entre opiniões especializadas e as dos indivíduos que utilizaram o produto ou serviço avaliado. Enquanto a primeira é emitida por uma única fonte de opinião, a reputação online é construída a partir da experiência de diversos usuários, tornando a medida mais abrangente e certa. Analogamente, seria como se o risco de crédito das empresas fosse avaliado pelos próprios investidores que concederam crédito no passado.

Nesse sentido, o *Airbnb* situa-se no campo de economia compartilhada à medida que provê uma plataforma online, horizontalmente distribuída, que requer a participação de diversos *peers*, os indivíduos, que por sua vez podem explorar a capacidade excedente do seu tempo e espaço. Ao mesmo tempo, o *Airbnb* se aproxima da economia tradicional à medida que atua como um intermediário entre hóspedes e anfitriões e tem sua estratégia voltada exclusivamente para alcançar maior lucro financeiro.

### 3.1 Escassez x Abundância

A mobilização do excedente, via cooperação, de acordo com Jeremy Rifkin (2014), Robin Chase (2015) e outros teóricos da Economia Compartilhada, é a chave para migrarmos de uma economia da escassez para a da abundância. A matriz de comunicação, energia e transporte do que Rifkin chamou de terceira revolução industrial proporcionou ganhos de produtividade nunca antes experimentados pela humanidade, alterando a abordagem em relação aos recursos escassos.

As revoluções industriais até hoje experimentadas pela humanidade foram assim reconhecidas devido aos saltos de produtividade decorrentes do desenvolvimento do tripé tecnológico comunicação/energia/transporte. Apesar do significativo aumento de eficiência ao longo das revoluções, até 87% da energia utilizada na segunda revolução industrial é desperdiçada pela própria estrutura operacional de geração e pela matriz energética. (RIFKIN, 2014)

Nesse sentido, a descentralização de geração energética, além de resolver a questão da ineficiência da transmissão, é um dos alicerces de uma economia da abundância que promete alavancar a produtividade econômica. Ao lado da questão econômica, os efeitos deletérios resultantes da utilização dos combustíveis fósseis formam a base de argumentos dos que alertam para a necessidade de não os utilizar como fonte principal de energia.

Aliado ao desenvolvimento da internet, a geração de energia descentralizada e a logística operada por uma rede de inteligência de baixo custo, apontam para um custo marginal de produção próximo de zero. Alguns setores modernos da economia, como por exemplo a Internet, a impressora 3D e os cursos superiores online já dão mostra de que o custo marginal próximo de zero é viável. (RIFKIN, 2014)

“Dentro das próximas duas ou três décadas, os *prosumidores* nas amplas redes continental e global estarão produzindo e compartilhando energia renovável assim como bens físicos e serviços, e estudando em salas de aulas virtuais a um custo marginal muito baixo, levando a economia para uma era de bens e serviços praticamente gratuitos.” (RIFKIN, 2014, p. 17)

Diferente do paradigma da abundância que a humanidade pode estar adentrando, o paradigma da escassez parte da premissa de que não há recursos suficientes para todos. A disseminação dessa premissa resulta em temor de que um dia faltarão recursos e, portanto, devemos competir para criar estoques. O processo de

criação de estoques, no entanto, faz diminuir o fluxo de recursos quando estes são retirados de circulação. Neste processo, os custos de transação se elevam e há uma exclusão daqueles que não podem pagar pelos recursos, confirmando a premissa inicial.

Os setores modernos da economia se fundamentam na base de abundância inexplorada, utilizando-se da capacidade excedente para alavancar valores que antes estavam despercebidos. Como resultado, Chase acredita que é possível extrair benefícios tanto para produtores quanto para consumidores. (CHASE, 2015)

A utilização da capacidade excedente, como chave para ingressar no paradigma da abundância, pode se dar ao se reduzir os custos de transação de produtos e serviços ofertados. Com o menor custo de transação, o acesso a eles se estende a uma camada da população que não teria meios para consumi-los, - tampouco ofertá-los, como ocorre no *Airbnb*. A plataforma online do *Airbnb* permitiu que diversas pessoas do mundo inteiro pudessem se inserir em um mercado fortemente monopolizado pelas grandes redes de hotéis, derrubando barreiras à entrada e reduzindo os preços para o consumidor final.

Através do *Airbnb*, ativos subutilizados puderam ser ofertados a preços mais baixos do que os praticados pelo mercado tradicional por milhões de anfitriões do mundo inteiro que, além do ativo fixo, tinham o próprio tempo como capacidade ociosa. Segundo Chase, a capacidade excedente está por toda parte, podendo ser física, temporal, virtual, intelectual. Os criadores do *Airbnb*, diante de uma situação de lotação total dos hotéis de São Francisco, Califórnia, enxergaram no próprio sofá da casa um excedente ocioso capaz de gerar valor. Neste sentido, portanto, o *Airbnb* se encaixa na Economia Compartilhada quando se analisa a Economia Compartilhada enquanto criadora de abundância.

Outra forma de se alcançar um estado de abundância ocorre quando tecnologias disruptivas são desenvolvidas; a geração de energia do século XXI caminha para ser um ótimo exemplo de utilização do excedente. Diferente de outras fontes de energia, o insumo da matriz energética que será consolidada ao longo deste século é proveniente de fontes renováveis, limpas e de baixo impacto ambiental. Apesar de serem intermitentes, o sol, o vento, as marés, são fontes gratuitas de energia. Uma vez instalado o sistema de geração individual - como já ocorre em alguns países - o custo

de consumir um watt a mais é praticamente zero e há um ganho de autonomia do indivíduo desejável para a Economia Compartilhada.

De uma forma ou de outra, o que distingue e caracteriza o poder transformador do paradigma da abundância é o fato dos indivíduos obterem maior autonomia através de plataformas como o *Airbnb* e de tecnologias revolucionárias como a geração de energia descentralizada. A terceira revolução industrial une as revoluções da comunicação e energia em formato de rede que irá prosperar através de uma organização social marcada pela descentralização, cooperação e partilha. (ABRAMOVAY, 2012)

A Economia Compartilhada, no entanto, não se apoia em crescimento desenfreado como símbolo de abundância. Embora o capitalismo - despreocupado com os recursos naturais comuns - tenha resultado em aumento dramático do padrão de vida de grande parcela da população mundial, isso ocorreu à custa da biosfera. Pautada em uma consciência ecológica, de acordo com os princípios dos bens comuns - sendo a biosfera o maior deles -, o paradigma da abundância otimiza a utilização dos recursos de modo a não esgotá-los, conectando necessidades desatendidas a excedentes ociosos. (RIFKIN, 2014)

### **3.2 Consciência Ambiental e Social**

Paralelo ao desenvolvimento das técnicas de produção modernas da 2ª revolução industrial, o meio-ambiente experimentou uma aceleração do processo de degradação, patrocinada pela pressão econômica de prazo curto o bastante para não levar em consideração os efeitos ambientais perversos, perceptíveis a longo prazo. A corrida industrializante levou a ocorrência de diversos eventos cataclísmicos tais como a poluição do ar, derramamento de óleo em bacias hidrográficas, doenças decorrentes da utilização de pesticidas danosos aos solos, chuvas ácidas são exemplos de desastres ambientais que levaram entidades e governos a olharem mais atentamente a questão ambiental.

As primeiras manifestações em defesa ao meio-ambiente, na era pós-capitalista, surgiram ao final da segunda guerra mundial, quando a humanidade se deu conta do seu poder destrutivo, simbolizado pelas explosões das bombas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, no Japão. As denúncias, no entanto, ainda não tinham o respaldo de governos, grandes organizações, tampouco da sociedade civil. Somente em 1972, sob pressão de diversos estudos respaldados em desastres ambientais, foi realizada a Conferência de Estocolmo, pela

Organização das Nações Unidas (ONU). A partir de então, diversos países – em especial os nórdicos – iniciaram uma série de estudos que abordavam o ‘futuro em comum’ da humanidade. Tais estudos serviram de base para ECO 92, no Rio de Janeiro, outra conferência promovida pela ONU, dando ênfase para o chamado ‘desenvolvimento sustentável’.

“Sem sombra de dúvidas, a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste, uma vez que seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais.” (CASTELLS, 1999)

Se a geração nascida logo após a Segunda Guerra Mundial acabou por não conceder a devida importância ao alerta ambiental, a geração da virada do milênio não pode se dar esse luxo e precisa correr atrás da conta ecológica que está em crescimento. Antes tratada como apenas previsões apocalípticas exageradas e distantes, a questão ambiental passou a ser uma das maiores preocupações da sociedade e dos governos no presente século.

“A geração que cresceu conectada à Internet, e considera natural criar valor em redes colaborativas e igualitárias, (...) se vê passando por uma profunda crise econômica global e por uma mudança assustadora no clima do planeta, causada por um sistema econômico dependente de combustível fóssil para gerar energia e administrado por sistema de comando e controle centralizados, de cima para baixo.” (RIFKIN, 2014)

Ao lado da questão ambiental, a crise econômica de 2008, cujos reflexos persistem até hoje e os governos se esforçam para contornar, serviu para chamar a atenção da sociedade civil para o capitalismo predatório que gera desigualdade social, crises sistêmicas e aceleração do impacto ecológico. O economista e filósofo Serge Latouche, adepto do movimento de decrescimento econômico, em oposição a uma sociedade baseada no ‘progresso’ econômico, afirma que chegou a hora de rever o atual modelo de produção e consumo, analisando se este se reverte em justiça e bem-estar a todos e se o modelo encontra respaldo na capacidade regenerativa da Terra.

Latouche (2010) destaca que a humanidade, ao mesmo tempo que vivenciou o aumento dos rendimentos per capita nas últimas décadas, sofre de crises econômicas, sociais, ambientais e de diferentes índoles, inclusive de satisfação pessoal. O autor destaca que só em 2005 os franceses adquiriram 41 milhões de caixas de antidepressivos, enquanto 49% dos norte-americanos asseguravam que a felicidade está no retrocesso, ao passo que 26% consideravam o contrário.

O cientista Paul Crutzen, Nobel de Química em 1995, aponta que a temperatura média global subiu, aproximadamente, 5°C em 10 mil anos - desde o fim da última era glacial até 10 mil anos atrás. Ao passo que, se o ritmo de aquecimento global que se observa nas últimas décadas se mantiver, pode aumentar os mesmos 5°C em apenas 200 anos. Crutzen, impressionado com o poder destrutivo causado pela interferência humana no planeta, propôs o termo ‘antropoceno’ para descrever a ‘era geológica’ atual, marcada pela ação devastadora do homem através do modelo de produção e consumo implementado a partir da 1ª Revolução Industrial.

O mais recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA - (2007) mostra que o planeta deve ter um aumento médio de temperatura entre 2,9°C a 3,4°C neste século, mesmo com os compromissos firmados pelos países no Acordo de Paris, em 2015. O aumento da temperatura da Terra traz consequências severas como alteração dos regimes de chuvas com implicações na agricultura e acesso à água, elevação do nível do mar, extinção de espécies e catástrofes climáticas.

É notório que diversos setores da sociedade ingressam no século XXI com a consciência de desenvolvimento sustentável mais incutida nas decisões de produção e principalmente consumo. No entanto, fica evidente também que há ainda um longo caminho a percorrer até que políticos, empresários e sociedade civil, apoiem mudanças no sentido de preservar os recursos naturais e sociais.

### *3.2.1 Empreendedorismo Social*

Em linha com uma maior preocupação ambiental e social, o empreendedorismo social se volta para a preservação e criação de valor para a sociedade. Ao contrário do modelo de inovação tradicional que visa apenas a geração de lucro econômico, a inovação social considera o tamanho do impacto social como uma métrica de sucesso, baseado no potencial de transformação proporcionado ao grupo de indivíduos envolvido. O lucro passa a ser a maneira de tornar toda a operação sustentável a longo prazo, sem o qual não seria possível criar o impacto social positivo. (BIGNETTI, 2011)

Segundo o professor Luiz Paulo Bignetti (2011), a inovação social se origina no vácuo deixado pela atuação governamental. Ela é resultado do conhecimento aplicado por atores sociais envolvidos no atendimento de necessidades de grupos sociais, através de soluções inovadoras e perenes. Tais soluções são buscadas de modo horizontal e, por levar em

consideração as características de cada grupo social, requer um capital social bem mais robusto de modo a construir uma parceria colaborativa entre a empresa social e a comunidade.

Jeremy Rifkin se atenta ao crescente número de empresas sociais - com e sem fins lucrativos - nos Estados Unidos, as quais empregam mais de 10 mil pessoas, gerando uma receita de US\$ 500 bilhões por ano. Para Rifkin, o empreendedorismo social caminha cada vez mais para o lado sem fins lucrativos à medida que a economia social baseada em bens comuns colaborativos vem conquistando terreno no mercado capitalista.

A exemplo da discussão de Hardin e Ostrom a respeito dos bens comuns, o empreendedorismo social encontra na psicologia comportamental um importante defensor da tese de que os seres humanos são movidos em grande medida por questões subjetivas, em oposição às decisões utilitaristas defendidas pelo *mainstream* econômico. O professor de psicologia social, Aroldo Rodrigues, explica que há um misto de aspectos racionais e emocionais no processo decisório de um indivíduo e que, embora à primeira vista pareça estar limitado exclusivamente ao plano pessoal, as decisões são influenciadas pelo que os outros irão pensar delas. Por vivermos em sociedade e nossas decisões serem cada vez mais públicas e acessíveis faz com que o pensamento social ganhe notoriedade (RODRIGUES, 1992)

O economista Muhammad Yunus, agraciado pelo prêmio Nobel da paz em 2006 pela sua iniciativa de impacto social em Bangladesh, é um exemplo de que é necessário olhar para o próximo e trabalhar em conjunto pela prosperidade coletiva. Em 1983, Yunus fundou o *Grameen Bank*, banco especializado em microcrédito para indivíduos que não tinham acesso ao sistema bancário por falta de garantias. Segundo Yunus, estrategicamente, as mulheres são as principais clientes do banco resultando em múltiplos benefícios. Ao inserir as mulheres no mercado de trabalho, há um ganho social duplo: empoderamento feminino e aproveitamento econômico das habilidades antes desperdiçadas. O público alvo do banco mostrou ser um excelente garantidor das baixas taxas de inadimplência verificadas até hoje, além do acompanhamento técnico dos negócios viabilizados pelo microcrédito. (YUNUS, 2001)

Negócios sociais como de Yunus tem crescido em todo mundo por motivações que vão da pura oportunidade de lucro econômico até a satisfação pessoal de se resolver problemas da sociedade. No Brasil, a *So+ma*, um programa que propõe a disseminar hábitos de reciclagem e empreendedorismo aos moradores de comunidades carentes, conseguiu atingir resultados benéficos para a comunidade de Capão Redondo, em São Paulo. O programa incentiva a reciclagem através da troca de objetos que seriam descartados por produtos com valor mercadológico. Os moradores acumulam pontos com a reciclagem que podem ser utilizados na

troca de produtos alimentícios e de limpeza dentro da própria comunidade. Os ganhos observados nesse modelo de negócio vão desde a consolidação de uma cultura ecologicamente sustentável com externalidades positivas em termos de redução de doenças que se proliferam em ambientes sujos, complemento de renda e desenvolvimento local.

De acordo com o Ministério da Justiça, há cerca de 7.133 entidades brasileiras qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. Regulamentadas pela Lei nº 9.790 de 1999, as OSCIP's desempenham um papel cada vez mais importante na atuação de políticas públicas. Além de reconhecer a incapacidade do estado e do mercado de proverem boas condições no âmbito da moradia, saúde, educação, lazer, e diversos outros aspectos do indivíduo em sociedade, o crescimento das OSCIP's representa um método muito mais eficiente em identificar, prover e manter serviços de impacto social positivo para a população.

### *3.2.2 Posse x Acesso*

Um dos pilares da Economia Compartilhada é, sem dúvida, o desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva. Como fundamento, cresce a preocupação com o que de fatos precisamos ter para viver, em oposição ao consumismo retroalimentativo. Não se trata, no entanto, de apenas desapego e simplicidade. Pelo contrário, trata-se de otimizar recursos, reconhecendo a verdadeira utilidade dos bens, ao extrair os mesmos benefícios sem ter que lidar com os problemas decorrente da posse.

Rachel Botsman, autora de diversas obras e palestrante da Economia Compartilhada, chama atenção em sua obra 'O Que É Meu É Seu' (2009) para uma nova era do consumo colaborativo. Tratada como pós-consumismo, a era é composta por um mercado multilateral de vendas, trocas, aluguel e doação de tantos bens de consumo que se possa imaginar.

Bostman destaca três fatores principais que favorecem o crescimento, muitas vezes exponencial, de plataformas enquadradas na Economia Compartilhada: i) a crise econômica de 2008, enquanto representação e epicentro de diversas outras crises bem como as crises sociais que, via de regra, se sucedem aos choques econômicos, estimularam a necessidade de se buscar novas fontes de renda; ii) desenvolvimentos e consolidação de tecnologias de comunicação articulada em massa e; iii) preocupação ambiental e senso de urgência para se diminuir o impacto ecológico.



O consumo compartilhado evidencia o poder dos números para reduzir os intermediários nas transações entre os peers e para otimizar o aproveitamento do excedente ocioso de produtos e serviços. Em um mercado de redistribuição interligado, torna-se viável conectar produtos subutilizados a necessidades desatendidas, prolongando o ciclo de vida útil do produto. A tecnologia permite esse estilo de vida cooperativo de compartilhamento de recursos financeiros, habilidades, tempo e qualquer outro recurso social. (BOTSMAN, 2009)

Na esteira da economia do compartilhamento, o *Airbnb* estimula a otimização do excedente econômico presente nos diversos imóveis anunciados em seu site, nas diversas localidades do mundo. Além de oferecer hospedagem mais diversificada e compatível com diversas camadas sociais, o *Airbnb* permite novas ocupações de fonte de renda para proprietários e profissionais ligados ao ramo imobiliário.

Por se tratar de uma revolução social de larga escala, que interliga desconhecidos da rede inteira, a confiança apresenta-se como a nova moeda, de acordo com Botsman. A exemplos de diversas outras plataformas que permitem e estimulam a difusão das opiniões dos usuários como forma de qualificar os indivíduos da economia compartilhada, o *Airbnb* premia os usuários que cumprem requisitos considerados boas práticas pela comunidade e obtém altos níveis de transações bem-sucedidas. Comprovando o seu caráter horizontal da economia compartilhada, o somatório das diversas experiências e opiniões das mais de 150 milhões de hospedagens realizadas até janeiro de 2017 formam a reputação dos usuários e da própria plataforma. (*Airbnb*, 2017)

O compartilhamento de carros e caronas é outro exemplo, ao lado do *Airbnb*, da transição da economia da posse para o do acesso. Sob a lógica de que, para suprir necessidades e vivenciar experiências não é necessária a posse, mas sim o acesso aos bens e serviços, Rifkin afirma que 46,3% dos jovens de até 19 anos tinha habilitação para dirigir em 2008 nos Estados Unidos, contra 64,4% em 1998. Segundo Rifkin, o compartilhamento de carros libera o usuário dos custos fixos e gastos inerentes à posse, como manutenção, seguro, licenciamento. A alta capacidade ociosa dos veículos - 92% do tempo nos EUA, de acordo com Rifkin - faz dele um ativo extremamente ineficiente e explica seu sucesso no âmbito da economia compartilhada. Os imóveis, enquanto ‘matéria prima’ do *Airbnb*, seguem essa mesma lógica em escala global.

Há diversas empresas que obtiveram crescimentos fantásticos ao longo do paradigma da segunda revolução industrial implementando medidas para se reinventar. Como as margens de lucro dos negócios caíram rapidamente, está sendo necessário tirar a ênfase da venda e focar no gerenciamento de cada aspecto da cadeia de valor dos múltiplos usuários. A General Motors,

tradicional montadora de veículos, ingressou no setor de compartilhamento de carros, com o objetivo de se enquadrar na nova era. O compartilhamento permite uma redução do ritmo de produção de novos automóveis, possibilitando soluções para congestionamentos e mobilidade urbana em geral. Nesse sentido, Rifkin afirma que é provável, para um crescente número de empresas e consumidores, que a ideia de posse irá parecer limitada daqui a 25 anos. (RIFKIN, 2000)

O poder disruptivo dessa alteração de mentalidade é transformador. Umair Haque observa que se mantivermos as taxas exponenciais apresentadas ao se consumir 10% menos e compartilhar 10% mais - criando cada vez mais uma cultura de economia circular, capaz de prolongar a vida útil e aproveitar a capacidade ociosa de bens e serviços - em algumas décadas a economia do compartilhamento vai desempenhar um papel bem importante na sociedade.

### *3.2.3 Economia Circular*

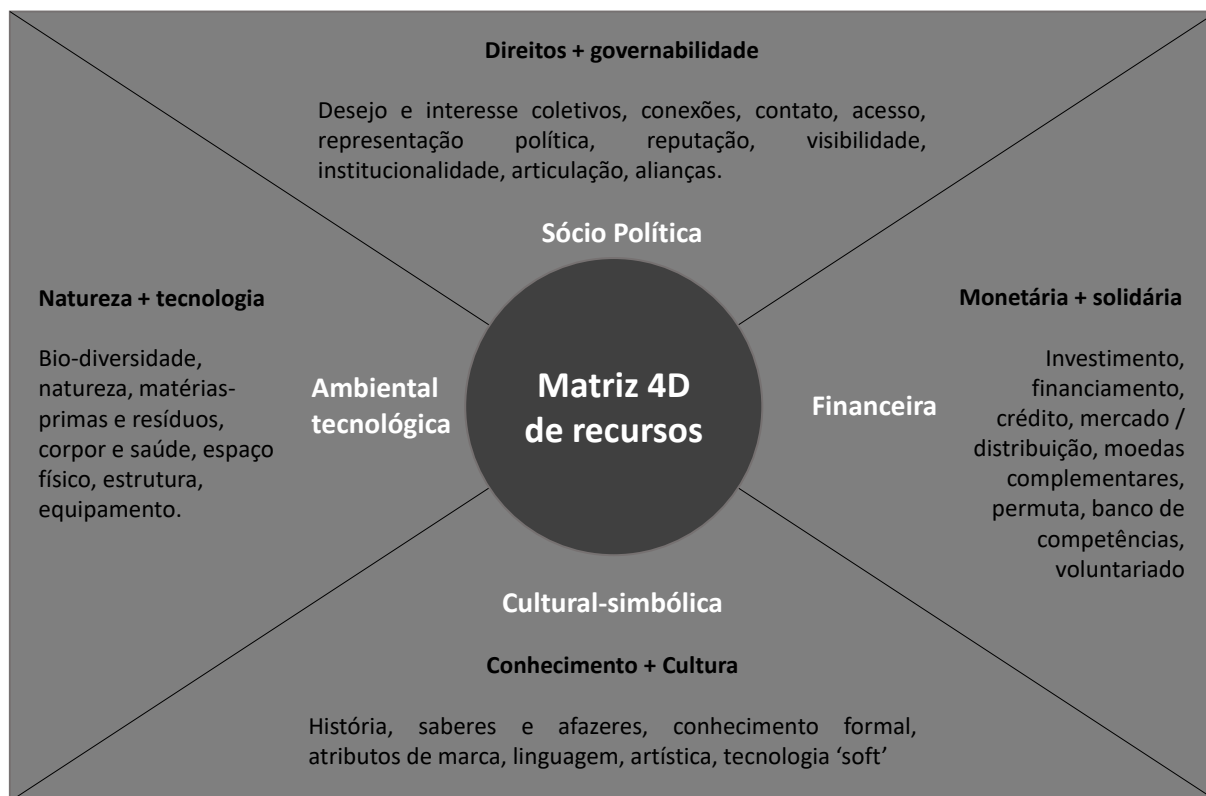
A criação de uma cultura circular tem se mostrado uma alternativa atraente e viável que a sociedade começou a explorar. O modelo ‘extrair, transformar, descartar’, que depende de grandes quantidades de materiais e energia, além de gerar um volume sem precedentes de resíduos inutilizados, está atingindo seu limite físico e deixou à parte significativa parcela da sociedade.

A busca por prosperidade no século XX deixou claro que os resultados meramente monetários não se traduziram necessariamente em qualidade de vida. Abrir mão da sustentabilidade provou-se extremamente dispendioso, e continuará sendo especialmente para as gerações futuras se não houver movimento contrário. Lala Deheinzelin (2013), empreendedora social e autora de diversos estudos da economia compartilhada, enxerga a necessidade de ampliar a perspectiva puramente financeira à multidimensionalidade, mais compatível com o ser humano. Diferente do paradigma da escassez, no qual a economia tradicional gera riqueza a partir de recursos materiais finitos - que se esgotam com o uso-, a economia criativa apresenta-se como um caminho para prosperidade sustentável e pode ser compreendida através da matriz 4D de recursos. (DEHEINZELIN, 2013)

A matriz 4D é pautada nos três princípios da economia circular: preservar e aumentar o capital natural; otimizar os recursos produzidos através da reutilização e reaproveitamento em

sistemas circulares e; mapear as externalidades negativas a fim de conferir eficácia no uso dos recursos essenciais. (Ellen Macarthur Foundation, 2017)

Figura 1: matriz 4D de recursos



Fonte: Lala Deheninzelin / elaboração própria

Composta por quatro vetores, o primeiro representa os recursos intangíveis, tais como a cultura, conhecimento, criatividade, experiências, valores humanos. Por se tratar de recursos intangíveis, ao serem consumidos, ao invés de se esgotarem, há geração exponencial de valor.

No segundo vetor aparece as tecnologias de informação e comunicação (TICs). As TICs formam a ponte para que o primeiro vetor se manifeste e gere valor pois, somente através do intercâmbio cultural, que as especificidades de cada região atingem outras locais. O terceiro vetor advém da interação entre os dois primeiros, formando processos colaborativos em rede que, além de criar circuitos que permitem o fluxo da produção e do conhecimento, otimizam os recursos existentes.

Ao priorizar a ação integrada e colaborativa tanto entre instâncias de Governo quanto entre este e a sociedade civil organizada, com ajuda das TIC's, será possível alcançar a cultura da colaboração em escala global, através de micro soluções locais. O último vetor trabalha na ampliação dos conceitos e métricas de prosperidade, saindo do campo puramente quantitativo,

possibilitando a captura de desenvolvimento no campo ambiental, cultural e social. (DEHEINZELIN, 2013)

A economia circular aponta para uma mudança no modo de produção e consumo tradicionais. Ao invés de descartar os produtos, que no modo de produção atual teriam atingido o fim do seu ciclo, estes são vistos como insumo para uma nova indústria. Além de fazer sentido econômico por extrair mais retorno sobre o mesmo insumo utilizado na fabricação do produto, essa mudança promete acabar com a eliminação de resíduos e aproximar o ciclo técnico de produção ao ciclo biológico da terra. O conceito de *'cradle to cradle'* (berço a berço) defende que não há economia dissociada da biosfera, e propõe uma estrutura de inovação de produtos e processos produtivos pautadas em ciclos de retroalimentação, em oposição à linearidade do modelo *'extrair-transformar-consumir-descartar'*. (MCDONOUGH e BRAUNGART, 2002)

Além de extrair o maior benefício dos insumos finitos, para atingir o modelo de produção e consumo baseado na economia circular, torna-se imprescindível a transição para uma matriz de fontes de energia renovável, dentro dos limites da capacidade restaurativa da fonte.

### **3.3 Produção descentralizada**

Fred Wilson (2013), um dos grandes investidores em tecnologia atualmente, afirma que a economia compartilhada, disposta em rede, descentralizada, intensiva em tecnologia social, é uma forma crescente de oferta de bens e serviços para a sociedade. Ao mesmo tempo, a economia compartilhada promete criar soluções para as questões deixadas em aberto pelo sistema econômico vigente.

O problema da fome, que assola a 795 milhões pessoas no mundo, segundo o relatório da ONU de 2015, ocupa uma das principais preocupações por crescente parte da sociedade. Para erradicar completamente a fome mundial é preciso uma melhor coordenação do que é produzido e o que é necessário para alimentar a população mundial. Observa-se uma grande quantidade de alimentos desperdiçados todo ano que poderiam ser melhores alocados, sem prejudicar a economia de mercado.

À medida que está disposta em rede, a economia compartilhada consegue organizar as trocas que ocorrem diariamente de modo mais eficiente em termos de custos de transação. Através da produção descentralizada e da rede de consumidores interligada, é possível

combinar oferta e demanda com custo reduzido, ao afastar as altas taxas cobradas pelos intermediários.

A Internet é um marco de desintermediação em rede que permitiu uma produção descentralizada no campo da comunicação, depois expandiu para a cultura e educação e diversos outros setores, ocupando hoje papel fundamental para o bom funcionamento da sociedade. Nesse sentido, quanto mais setores migrarem para a chamada Internet das Coisas, mais a sociedade pode se beneficiar de indivíduos que são ao mesmo tempo produtores e consumidores. Como exemplo, temos a geração de conteúdo online que ocorre em taxas consideravelmente maiores que a observada pelas redes de comunicação televisa.

O *Airbnb*, apesar de cobrar até 15% por cada hospedagem realizada em sua plataforma, permitiu que pessoas comuns pudessem ofertar hospedagem em nível igual ou maior que o observado pela rede hoteleira mundial, gerando ganhos relevantes para os seus anfitriões. Por serem hospedagens muito variadas e alcançarem locais que nenhum hotel achou viável explorar economicamente, o *Airbnb* encoraja aqueles que possuem qualquer tipo de ‘capacidade ociosa’ em termos de hospedagem a explorá-las. Na outra ponta, os hóspedes ganham com mais opções de locação, gerando benefícios para toda cadeia de turismo.

Nessa mesma linha, bens e serviços dos mais variados vêm sendo produzidos e ofertados de modo descentralizado. Desde aulas online de idioma com professores nativos até autogeração de energia elétrica, são fontes de renda alternativas que ganham relevância para muitas famílias à medida que exploram atividades que não poderiam desempenhar sem a tecnologia.

Impressora 3D permite diminuir o custo de produção de peças e equipamentos de montagem complexa para mãos humanas. Em consequência disso, a própria indústria, um dos setores da economia mais intensivo em capital, pode migrar para a produção descentralizada. Como resultado teremos mercados menores e distribuídos horizontalmente em oposição aos grandes monopólios do sistema econômico vigente, conforme ilustrado abaixo.

Figura 2: comando centralizado, descentralizado e distribuído



Fonte: *creative commons*

### 3.3.1 Prosumidores

A exemplo do que Rifkin (2014) chamou de terceira revolução industrial, Alvin Toffler (1980), professor e futurista norte-americano, retrata o presente momento como a ‘terceira onda’. Ainda que os recortes temporais dos autores sejam distintos, ambos enxergam na sociedade atual um movimento disruptivo que apresenta mudanças centrais no funcionamento da sociedade. Enquanto Rifkin se atém às revoluções industriais como balizas dos dois grandes saltos de produtividade da humanidade, Toffler destaca a mudança da sociedade nômade para a rural e desta para a sociedade industrial como as duas primeiras ‘ondas’. A terceira onda, para Toffler, é a passagem para uma era pós-industrial, ou era do conhecimento, caracterizada pela revolução tecnológica com profundas transformações no mercado de trabalho e nos processos produtivos em geral. Em comum, ambos os autores destacam o papel da tecnologia que permite indivíduos produzirem de modo independente o que antes era ofertado apenas por profissionais, tornando-se então *prosumidores*.

O *prosumidor*, termo cunhado pelo próprio Toffler, remete ao agente econômico inserido em uma sociedade emergente que é produtor e consumidor ao mesmo tempo. A produção em massa, centralizada e verticalmente integrada está sendo substituída pela produção personalizada. Enquanto que no paradigma da 2ª revolução industrial - intensiva em capital intensivo, mão-de-obra barata e repetitiva - a necessidade por padronização era crucial para atingir índices de produtividades satisfatórios, observa-se atualmente o crescimento de um mercado intensivo em tecnologia, capaz de entregar produtividade e personalização a custo semelhante ou menor do que outrora.

Marcante na segunda revolução industrial, o Fordismo, termo que descreve a linha de produção automotiva de Henry Ford, estendeu-se não só ao setor automobilístico, mas ao da comunicação, cultura, educação, entretenimento e a diversos outros setores importantes da sociedade. A máxima de Ford, que dizia que seus consumidores poderiam escolher qualquer cor de carro, desde que fosse preta, demarca uma fase do sistema de produção e consumo baseado na padronização.

“O antigo paradigma de proprietários e trabalhadores, de vendedores e consumidores, está começando a ruir. Os consumidores estão se tornando seus próprios produtores, eliminando a distinção. Os prosumidores serão cada vez mais capazes de produzir, consumir e compartilhar seus próprios bens e serviços entre si a custo marginal decrescente, criando novas maneiras de organizar a vida econômica em substituição ao modelo capitalista tradicional.” (RIFKIN, 2014, p. 160)

À medida que a humanidade cria máquinas poderosas a preço cada vez mais acessível, torna-se possível produzir bens e serviços, antes ofertados apenas por empresas e profissionais, aproximando produção e consumo. Em decorrência disso, observa-se uma intensificação do processo de extinção de empregos e uma reviravolta na forma pela qual os agentes econômicos interagem entre si. Ao longo da história, a humanidade vivenciou o surgimento e a extinção de diversos empregos, outrora caros à sociedade, motivados pelo desenvolvimento de uma tecnologia ou até mesmo cultura. No rol de empregos em extinção destaca-se os operadores industriais, os agentes de viagens, carteiros, atendente de telemarketing, e muitos outros que se juntarão aos extintos profissionais de telefonista, acendedor de lampião, vendedor de enciclopédia e etc.

Para Rifkin (2004), o fim da mão-de-obra em massa assalariada e do trabalho profissional especializado em grandes partes das áreas de conhecimento - professores, técnicos de informática e até médicos - faz migrar esse excedente para a nova economia, em ascensão. Para o autor, o acúmulo de capital social na presente era será tão valioso quanto foi o acúmulo de capital financeiro na Segunda Revolução Industrial. Desse modo, o conhecimento passa a ser o meio dominante do modo de produção e consumo da nova economia. Diferente dos recursos financeiros, o conhecimento possui a característica de não rivalidade e, ao ser compartilhado, torna-se maior.

A produção descentralizada deu poder aos indivíduos de acessar os meios de produção, antes detidos pelas empresas, tornando-os concomitantemente produtores e consumidores. Especialista em plataformas online, Robin Chase destaca o poder colocado nas mãos dos indivíduos ao serem disponibilizadas as plataformas como a do *Airbnb*, por exemplo. Além

disso, quando os usuários têm a possibilidade de acessá-las, inicia-se um processo de iteração com resultados inovadores e criativos tão fortes quanto maior for a participação dos indivíduos.

A internet permitiu uma revolução na matriz de comunicação, na sequência serão analisados os avanços na matriz de energia, possibilitados pela geração de energia descentralizada.

### *3.3.2 Energia Elétrica*

As fontes energéticas da primeira e segunda revoluções industriais, respectivamente o carvão no século XIX e o petróleo no século XX, apresentam em comum a baixa eficiência dado o impacto ecológico, e a produção e distribuição centralizadas. Por outro lado, a revolução energética em curso, como propõe Rifkin, apoia-se no fato de que casas e edifícios residenciais e comerciais tornaram-se potenciais produtores de energia elétrica (limpa), que pode ser compartilhada por meio de redes inteligentes. (ABRAMOVAY. 2012)

A exemplo do que ocorre com outros setores que se beneficiam do desenvolvimento tecnológico do último século, o setor de energia elétrica caminha para um modo de produção mais horizontal, capaz de resolver os problemas decorrentes da geração de energia elétrica centralizada. Para chegar ao consumidor final, a energia elétrica gerada em uma unidade central percorre quilômetros e, com isso, apresenta perdas de transmissão, insegurança de fornecimento e custos de investimento elevados. De acordo com o relatório emitido na Rio +20 pelo Greenpeace Brasil em parceria com diversas ONGs nacionais e internacionais, a perda de energia pode chegar a 20% da energia gerada dependendo da distância entre a unidade geradora e o consumidor final.

Há um processo de reestruturação regulatória de geração de energia elétrica em diversos países, o que abre espaço para geração distribuída de energia elétrica como estratégia para obtenção de maior eficiência energética. Esse movimento, apesar de ocorrer em maior grau nos países desenvolvidos, está ganhando força em todo o mundo seja por questões econômicas ou ambientais. (BARBOSA, 2014)

O setor de geração de energia elétrica opera de acordo com a demanda, crescente a cada ano e com forte volatilidade, de acordo com os hábitos diários de consumo dos usuários. Caso a demanda aumente em determinado dia, a resposta da matriz elétrica é intensificar a geração através dos mecanismos de controle de carga e distribuir mais energia. Porém, quando a capacidade máxima do sistema é atingida, novas unidades de geração centralizada são



construídas, muitas vezes em locais afastados dos grandes centros incorrendo maiores taxas ao consumidor final. O modelo de geração distribuída pode ser definido como o uso de recursos modulares de pequeno porte e questiona justamente a forma de expansão da oferta de energia elétrica. (BARBOSA, 2014)

A geração distribuída de energia elétrica emprega diversas tecnologias diferentes. A possibilidade de geração próxima aos centros urbanos traz mais segurança e qualidade no abastecimento a medida que diversifica a matriz, diminuindo a exposição ao risco inerente a cada fonte energética. Do ponto de vista da comunidade local em que se encontra a unidade geradora destacam-se positivamente a criação de empregos, a contribuição para o desenvolvimento local e o aumento da confiabilidade do fornecimento.

Além disso, a transição para uma matriz distribuída requer mão-de-obra inevitavelmente local. A população local se beneficiará tanto do capital que será necessário quanto da modicidade tarifária. Um estudo da *Electric Power Research Institute* (EPRI), um instituto de pesquisas sem fins lucrativos voltado para o setor elétrico dos Estados Unidos, calcula que serão necessários entre US\$ 17 bilhões e US\$ 24 bilhões nos próximos vinte anos, ou cerca de US\$ 476 bilhões, para custear a implementação de uma ‘Internet de Energia’ nos Estados Unidos. (RIFKIN, 2014).

Ainda que a transição para o modelo de geração distribuída exija valor considerável de capital investido, há uma garantia de retorno imediato, a partir da economia na conta de luz decorrente da autogeração, que possibilita a tomada de crédito a juros baixos. Desse modo, torna-se menos arriscado e oneroso lateralizar o estabelecimento de uma matriz renovável de escala mundial. Para Rifkin (2014), este processo deve evoluir rápido, em grande parte, porque a conectividade global da internet possibilita o engajamento ativo de bilhões de pessoas na construção da nova matriz energética.

Do ponto de vista ambiental, as vantagens da geração distribuída perpassam pela redução das emissões dos gases de efeito estufa, redução do impacto ambiental ao dispensar as grandes instalações de geração e de linhas de transmissão, menor dependência do uso de fontes energéticas não-renováveis e redução da necessidade de desmatamento.

Nesse sentido, a geração de energia elétrica distribuída se enquadra na economia compartilhada por apresentar muitas das características expostas neste trabalho. Além de utilizar os ‘bens comuns’ da natureza - sol, água, vento -, é intensiva em tecnologia e promove o empoderamento dos indivíduos a partir da autogeração. Dentro do paradigma da abundância,

se beneficia da capacidade ociosa tanto das forças da natureza quanto dos telhados e outros locais, até então sem utilidade econômica direta.

## Capítulo 4: Conclusão

O estudo da Economia Compartilhada se mostra relevante para a comunidade acadêmica à medida que indica alterações significativas no campo na economia no que tange a forma pela qual a sociedade produz e consome bens. Por se tratar de uma vertente econômica ainda incipiente, a Economia Compartilhada não reúne um arcabouço teórico bem delineado, apesar de apresentar alguns padrões que foram expostos ao longo do presente trabalho.

Primeiramente, a crise do capitalismo de 2008 serviu como um convite a reflexões acerca do rumo que a sociedade quer seguir nas pautas econômicas, sociais e ambientais. Motivada pelas recorrentes crises sistêmicas dos últimos séculos, a sociedade em geral tem mostrado inquietações com questões que há poucas décadas não interferiam na vida das pessoas tampouco chegavam às mesas de debate dos tomadores de decisão. Notadamente, o desenvolvimento da tecnologia da informação cumpre o papel de divulgar tais situações extremas as quais parcela excluída do estado de bem-estar social se encontra, abrindo possibilidade de melhorias.

O atual estágio de desenvolvimento tecnológico da matriz de comunicação, energia e transporte permitiu formas de organizações produtivas que favorecem o empreendedorismo descentralizado, dispensando a necessidade de vultosos capitais financeiros, em prol do capital social. A característica principal da presente revolução tecnológica consiste na criação de uma infraestrutura inteligente em rede capaz de trocar informações constantemente.

A queda do custo marginal da economia em geral, fortalece a cultura do ‘faça-você-mesmo’, incentivando os consumidores a produzir seus próprios produtos, sejam eles em forma de conteúdo digital, produtos manufaturados ou geração de energia elétrica. Esse fenômeno tem o potencial de direcionar maior autonomia aos indivíduos e à rede de informação. A integração entre os indivíduos permite o rompimento do paradigma da escassez, através do compartilhamento de ativos como forma de redução da ociosidade e mobilização de ativos excedentes, com uma pegada social e ambientalista.

O fortalecimento de uma consciência social e ambiental coletiva motivou diferentes medidas no sentido de atender as necessidades desassistidas da população às margens da sociedade e conter o avanço da degradação ambiental, dois dos maiores problemas globais da atualidade. Nesse sentido, destaca-se o papel dos governos e dos empreendimentos sociais em implementarem medidas que geram impacto social positivo às comunidades locais, visando as externalidades positivas para toda a sociedade.

Através de uma mudança comportamental, baseada no questionamento da racionalidade econômica dos indivíduos, observa-se uma mudança geracional dos hábitos de consumo, no qual a posse dá lugar ao acesso aos bens de consumo. Decorrente da desconstrução da ideia de racionalidade ilimitada, coloca-se em xeque a individualidade como sendo inerente ao ser humano e caminho para uma sociedade próspera.

Diferente da economia baseada no consumismo desmedido, a economia circular considera os limites físicos do planeta e precifica a utilização dos bens-comuns. As externalidades, sejam elas positivas ou negativas, mostram-se importantes variáveis para a economia compartilhada uma vez que os agentes econômicos estão cada vez mais conectados, trazendo de volta a noção de bens-comuns. Nessa economia, o benefício financeiro deixa de ser a finalidade de muitos negócios, passando a ser o meio pelo qual se atinge os objetivos sociais, culturais ou ambientais.

Desse modo, através do presente trabalho, foi alcançado o objetivo geral de entender o contexto no qual a economia compartilhada está inserida, destacando o poder disruptivo das novas formas de produção e consumo, viabilizadas pelas ferramentas e condições do novo paradigma. A fim de trazer consistência ao trabalho, foram estudados os aspectos teóricos da economia compartilhada - como a discussão sobre os bens-comuns entre Ostrom e Hardim.

Mais especificamente, o *Airbnb* foi utilizado como exemplo de empresa da economia compartilhada como forma de observar como os conceitos teóricos da EC se aproximam ou se afastam da plataforma. Dentre os fatores que o aproximam, destaca-se o fato de ser uma *startup* baseada em tecnologia digital, com participação de diversos indivíduos, horizontalmente distribuídos. Além disso, destacam-se a exploração econômica de ativos subutilizados e o empoderamento dos indivíduos através de novas possibilidades de fonte de renda. Por outro lado, o apesar do *Airbnb* ser horizontalmente distribuído, ele pode ser considerado um centralizador das transações, motivado quase exclusivamente pelo lucro financeiro.

Como sugestão de futuras pesquisas, destaca-se a análise do papel do governo enquanto regulador da Economia Compartilhada e; a necessidade de implementação de medidas de segurança informacional decorrente da maior integração dos dispositivos móveis e da internet das coisas. Por se tratar de um tema de cunho revolucionário, é importante salientar a dificuldade de mensurar os rumos que a EC seguirá. Quanto maior a oportunidade oferecida pelas novas ferramentas aqui expostas, mais difícil torna-se projetar o futuro a partir da formação atual da sociedade.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. A economia híbrida do século XXI. De baixo pra cima. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

AIRBNB desperta polêmica no setor hoteleiro. Revista Hotéis, 5 outubro 2015 Disponível em: [www.revistahoteis.com.br/airbnb-desperta-polemica-no-setor-hoteleiro](http://www.revistahoteis.com.br/airbnb-desperta-polemica-no-setor-hoteleiro) Acesso em: 4 de maio de 2017

AIRBNB PRESS, Fast Facts. Disponível em: <https://press.atairbnb.com/fast-facts> Acesso em: 4 de maio de 2017

\_\_\_\_\_. Airbnb Takes Gold with the Rio 2016 Olympic Games Providing the Official Alternative Accommodations Service. Disponível em: <https://press.atairbnb.com/airbnb-takes-gold-with-the-rio-2016-olympic-games-providing-the-official-alternative-accommodations-service/> Acesso em 4 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Brazilian Hosts Prepare to Welcome Thousands of Sports Spectators into Airbnb Homes for the Rio 2016 Olympic Games. Disponível em: <https://press.atairbnb.com/brazilian-hosts-prepare-to-welcome-thousands-of-sports-spectators-into-airbnb-homes-for-the-rio-2016-olympic-games> Acesso em: 4 de maio de 2017

BAUWES, M.; Kostakis, V. From the communism of capital to capital for the commons: Towards an open co-operativism. Creative Commons License, 2014.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Publicado em Ciências Sociais Unisinos 47 (1):3-14, janeiro/abril 2011 Disponível em: [revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/viewFile/1040/235](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/1040/235) Acesso em: 4 de maio de 2017

BOLLIER, D. Os bens comuns: um setor negligenciado da criação de riqueza. Revista Lugar Comum. Uninômade Brasil. fev. 2012. p. 43-54.

BOTSMAN, R. & ROGERS, R. O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CHASE, R. Economia Compartilhada: Como as pessoas e plataformas da Peers Inc. estão reinventando o capitalismo. Tradução de Cristina Yamagami. 1 ed. São Paulo: HSM Editora, 2015

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The "Anthropocene". Global Change Newsletter, No 41, mai 2000. p. 17-18

DEES, J. G. O Significado do “Empreendedorismo Social”. Traduzido por Victor Ferreira. The Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, 2001. Disponível em: [www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees](http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees) Acesso em: 4 de maio de 2017

DEHEINZELIN, L. Economia Criativa e um Ciclo Exponencial da Abundância. O Povo Online. Opinião, agosto 2013

DELL completa transação para fechar capital. Exame.com, São Paulo, 29/10/2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/mercados/dell-completa-transacao-para-fechar-capital/> Acesso em: 4 de maio de 2017.

DIAMANDIS, P. H.; Kotler, S. Abundância: O futuro é melhor do que você imagina. Tradução de Ivo Korytowski. 1 ed. São Paulo: HSM Editora, 2012 Disponível em: [www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf](http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf) Acesso em: 4 de maio de 2017.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Economia Circular. Disponível em [www.youtube.com/watch?v=z5bNocDSyfg&feature=youtu.be](http://www.youtube.com/watch?v=z5bNocDSyfg&feature=youtu.be) Acesso em: 4 de maio de 2017.

GEUS, A. de. A Empresa Viva. Tradução de Lenke Peres. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Publifolha, 1999.

GOMES, V. Liderança Para Uma Nova Economia: Como as empresas estão inovando para uma gestão mais inspiradora e eficaz. 1. ed. São Paulo: corall, 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estado Versus Mercado: Falsas Disjuntivas e a Natureza dos Fenômenos sob um Olhar da História. Rio de Janeiro, 2010

KRZNARIC, R. O Poder da Empatia: A arte de se colocar no lugar do outro para transformar o mundo. Tradutor: Maria Luiza X. de A. Borges. 1 ed. São Paulo, Zahar, 2015.

KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 13.

LATOUCHE, Serge. In: Instituto Hipocrates de Ensino e Ciência. Revista Natural Beija-Flor, fev. 2010. Disponível em: <http://institutohipocratesonline.com/index.php/medicinas-nao-convencionais/ecologia/230-serge-latouche-porta-voz-da-filosofia-do-decrescimento.html>, Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

MARRIOT e Starwood criam maior rede hoteleira do mundo. VALOR econômico, São Paulo, 21 março 2016, ‘Empresas’. Disponível em: [www.valor.com.br/empresas/4490696/marriott-e-starwood-criam-maior-rede-hoteleira-do-mundo](http://www.valor.com.br/empresas/4490696/marriott-e-starwood-criam-maior-rede-hoteleira-do-mundo) Acesso em: 4 de maio de 2017

MCDONOUGH, W.; BRAUNGART, M. Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things. Nova York, 2002. p.45-67

OSTROM, E. Governing the Commons: The evolution of Institutions for Collective Action. 1 ed. Cambridge University Press, 1990

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (2007). Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 - Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido. Nova York: PNUD. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr2007-8-portuguese.pdf>>. Acesso em 30 de dezembro de 2015

RIFKIN, J. Sociedade com Custo Marginal Zero: A internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo. Tradução de Monica Rosemberg. 1 ed. São Paulo: M.Books, 2016 (2014)

RODRIGUES, A. Psicologia Social para Principiantes – Estudo da Interação Humana. 1 ed. Petrópolis, 1992.

ROSE, C. The comedy of the Commons: Custom, Commerce, and Inherently Public Property. University of Chicago Law Review, Vol 53, No 3, 1986. p 711-781.

SHIRKY, C. A Cultura da Participação: Criatividade e generosidade no mundo conectado. Tradução de Celina Portocarrero. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 (2010)

The State of Food Insecurity in the World. Food and Agriculture Organization of the United States – FAO, 2015. Disponível em: [www.fao.org/3/a-i4646e.pdf](http://www.fao.org/3/a-i4646e.pdf) Acesso em: 8 março 2016

TOFFLER, A. A Terceira Onda. 7a ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Record, 2001.

UMFRAGE: Neun von zehn Deutschen fordern neue Wirtschaftsordnung, in Spiegel Online, ago 2010, <http://www.spiegel.de>. “Umfrage-Wachstumsskeptisch“ em Zeit Online, 18.08.2010 Disponível em: [www.spiegel.de/wirtschaft/soziales/umfrage-neun-von-zehn-deutschen-fordern-neue-wirtschaftsordnung-a-712524.html](http://www.spiegel.de/wirtschaft/soziales/umfrage-neun-von-zehn-deutschen-fordern-neue-wirtschaftsordnung-a-712524.html) Acesso em: 4 de maio de 2017.

WALLJASPPER, J. From Middle East to Wall Street, Justice Depends on Public Spaces. On the Commons Magazine, 25 de junho 2012. Disponível em: [www.onthecommons.org/magazine/middle-east-wall-street-justice-depends-public-spaces](http://www.onthecommons.org/magazine/middle-east-wall-street-justice-depends-public-spaces) Acesso em: 4 de maio de 2017